



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia

Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural

ANDERSON JOSÉ SOFIENTINI DIAS

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NA INFÂNCIA:
A PERSPECTIVA DE UM GRUPO DE CRIANÇAS DE UM
CRAS**

Brasília – DF

2015

ANDERSON JOSÉ SOFIENTINI DIAS

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NA INFÂNCIA: A
PERSPECTIVA DE UM GRUPO DE CRIANÇAS DE UM CRAS

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Especialista em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural, orientado pela professora Orientadora: Dra., Jane Farias Chagas Ferreira.

Brasília – DF

2015

ANDERSON JOSÉ SOFIENTINI DIAS

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO NA INFÂNCIA: A
PERSPECTIVA DE UM GRUPO DE CRIANÇAS DE UM CRAS

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de
Conclusão do Curso de Especialização em Educação em e para os
Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural do (a) aluno (a)

Anderson José Sofientini Dias

Dra. Jane Farias Chagas Ferreira
Professor-Orientador

Dra. Edna Rodrigues Barroso
Professor-Examinador

Brasília, 14 de novembro de 2015

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às pessoas que amo e que foram privadas da minha companhia e atenção, sobretudo aos finais de semana, nos quais, livre da jornada de trabalho diária, me debruçava sobre este estudo, sendo elas, sustentação, amparo e incentivo. Dedico também a minha família, aos meus pais e, principalmente, às minhas irmãs Andréia e Ana Paula.

Dedico aos meus amigos e colegas de profissão, nessa empreitada de ser psicólogo.

Dedico a todas as mulheres, que sentem na pele a dor e o prazer que o exercício de ser mulher traz.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus professores da graduação pela base que me deram em minha formação.

Agradeço aos meus professores desta especialização, pelo enriquecimento que propiciaram a minha formação.

Agradeço aos participantes deste estudo e aos seus responsáveis, sem os quais não seria possível realizar esta pesquisa.

Agradeço a minha orientadora, principalmente pela paciência e encorajamento dados.

Agradeço a minha mãe, por ter sido uma “mãe suficientemente boa”, como diria Winnicott, e me gerado e concebido neste mundo tão cheio de desigualdades e tão rico em diversidade.

Professora me desculpe
Mas agora vou falar
Esse ano na escola
As coisas vão mudar

Nada contra ti
Não me leve a mal
Quem descobriu o Brasil
Não foi Cabral

Pedro Álvares Cabral
Chegou 22 de abril
Depois colonizou
Chamando de Pau-Brasil
Ninguém trouxe família
Muito menos filho
Porque já sabia
Que ia matar vários índios

Treze Caravelas
Trouxe muita morte
Um milhão de índio
Morreu de tuberculose
Falando de sofrimento
Dos tupis e guaranis
Lembrei do guerreiro
Quilombo Zumbi

Zumbi dos Palmares
Vitima de uma emboscada
Se não fosse a Dandara
Eu levava chicotada

(Não Foi Cabral – Mc Carol)

RESUMO

Para compreender e trabalhar questões ligadas à temática dos Direitos Humanos e à diversidade cultural é importante conhecer o papel da infância nesse cenário. Considerando a temática dos Direitos Humanos e reconhecendo a importância da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no trabalho com diversos grupos sociais, entre eles diversas minorias, esse estudo foi realizado em um CRAS de uma cidade do interior de São Paulo, mais especificamente com um grupo de criança de um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Esse estudo foi realizado com 10 crianças com idade entre 7 e 11 anos e teve por objetivo levantar as suas representações sociais de gênero e a realização de uma atividade interventiva. Trata-se de uma pesquisa social de caráter descritivo-interventivo. A Análise de Conteúdo foi a técnica empregada no tratamento dos dados. Foi possível constatar a vivência de conflitos entre os sexos e compreender o lugar dos papéis de gênero dentro disso. Identificou-se preconceitos vivenciados pelas crianças, o local em que ocorrem, as vivências desencadeadas e as atitudes tomadas. A atividade interventiva se mostrou eficaz como instrumento capaz de auxiliar na promoção da igualdade de gêneros na infância. A escola, palco onde ocorreu a maioria das agressões, deve ser alvo de ações que busquem valorizar a promover a diversidade.

Palavras-chave: gênero. direitos humanos. infância.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ONU – Organização das Nações Unidas

PAIF- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUAS– Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
Questões Norteadoras Iniciais.....	9
Contextualização	9
Problematização	11
Objetivo Geral.....	11
Objetivos Específicos	11
Justificativa	12
CONTEXTO DE INTERVENÇÃO: CRAS E SCFV	13
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
Direitos Humanos	15
Gênero, Infância e Representações sociais	16
Pesquisas sobre representações sociais de gênero na infância	22
METODOLOGIA.....	24
AÇÕES INTERVENTIVAS	25
ANÁLISE DOS RESULTADOS	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS.....	47
ANEXOS	50

INTRODUÇÃO

Questões Norteadoras Iniciais

Ao me decidir por realizar esta pesquisa fui motivado por alguns questionamentos por mim realizados diante de algumas experiências em minha trajetória de vida, questionamentos que me intrigavam: preocupavam-me e me levavam a refletir sobre relações de gênero. Indagava-me como os papéis de gênero eram delegados às pessoas e, ainda, quais os critérios eram utilizados para valorizar ou reprimir um comportamento de acordo com o gênero. Como se sente alguém que é discriminado pelo seu gênero ou por outra forma de preconceito? Têm as crianças vivenciado discriminações devido a seu gênero? Qual o papel da escola nesse cenário? Que lugar as representações sociais e os papéis de gênero ocupam nesse contexto?

Questões como essas me trouxeram por este caminho de realizar uma pesquisa sobre gênero. Por várias vezes procurei entender essas relações de gêneros e tentava compreender a sua origem. Li alguns textos, alguns artigos e pude então tentar clarear um pouco meu entendimento sobre esse fenômeno. Recentemente iniciei um trabalho com um grupo de crianças, composto por meninos e meninas, e pude observar que alguns conflitos de gênero já estavam ali presentes em meio a essas crianças. Nesse momento já me encontrava realizando esse curso na área de Educação em Direitos Humanos e foi então que encontrei a oportunidade de materializar alguns de meus questionamentos, dessa vez em forma de pesquisa.

Então, nessa pesquisa, busquei compreender como se dá as relações de gênero na infância. Procurei levantar experiências de crianças em situações de conflitos de gênero, bem como descrever como se sentiram em tal situação. Levantar as representações sociais de gênero das crianças pesquisadas foi o objetivo desse trabalho.

Contextualização

A pesquisa aqui desenvolvida situa na temática dos Direitos Humanos, que de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) são direitos intrínsecos a todos os seres humanos independente de etnia, raça, nacionalidade, sexo, idioma, religião ou qualquer outra condição.

O tema abordado foram as representações sociais de gênero. De forma geral, segundo Denise Jodelet (2002, p.22 apud ARRUDA, 2002, p.138): *“As representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente elaborado e compartilhado, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”*. Pode-se dizer que representações sociais de gênero são as expectativas de comportamentos que se cria a respeito de um indivíduo de acordo com o seu sexo biológico. São as crenças e ideias acerca do que é ser macho ou fêmea em sociedade.

A nossa Constituição Federal preconiza em seu Art. 3º, mais especificamente nos incisos I e IV, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: *“I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; [...] IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”* (BRASIL, 1988). Sendo assim, pode-se afirmar que todos temos direito ao tratamento igualitário independente das condições acima citadas.

A mídia nacional, as telenovelas e o dia-a-dia do brasileiro estão repletos de temáticas em que, muitas vezes, o foco é o preconceito ou a discriminação. Quem nunca sofreu ou não conhece alguém que tenha sofrido, de alguma forma, certa discriminação ou preconceito? A proposta de trabalho inserida nessa pesquisa também engloba essa temática, uma vez que buscou identificar situações nas quais os participantes tenham, possivelmente, sido vítimas ou atores de situações que envolveram discriminação ou preconceito, bem como a forma como reagiram e se sentiram diante disso.

Olhar o outro como semelhante, nunca foi e não tem sido uma tarefa fácil nos dias atuais. Frequentemente vemos pessoas serem agredidas e discriminadas por portarem determinadas características ou comportamentos específicos. Sabe-se que existem alguns grupos que têm sido alvos frequentes dessa forma de preconceito e discriminação. Esses grupos são conhecidos como minorias sociais. Entre esses agrupamentos podemos citar afrodescendentes, homossexuais, pobres economicamente, mulheres etc. Situações como essas podem ser observadas em diversos contextos sociais e em diversas faixas etárias.

Então, de forma geral, esse trabalho pesquisou as vivências e representações de gênero de seus participantes, mais especificamente de um grupo de crianças,

com o objetivo de levantar e categorizar essas representações e verificar qual a influência do meio social elas.

Problematização

Será que crianças já têm capacidade para promover, ou serem alvo de preconceito e discriminação? Podem as crenças e as ideias que as crianças têm sobre atribuições e papéis de gênero fundamentar, ou evitar, situações conflituosas que tem como base o preconceito e a discriminação? Podem essas crenças ter sido aprendidas? Se aprendidas, em qual contexto? Essas e outras questões, que podem até mesmo surgirem durante o desenvolvimento deste trabalho, norteiam essa pesquisa.

É de amplo conhecimento algumas marcantes diferenças entre gêneros em nossa sociedade. Pode-se citar, por exemplo, que mulheres são minoria no mercado de trabalho, são menor-remuneradas que os homens e poucas vezes ocupa cargos de direção e chefia, quando ocupa, não raras vezes, é discriminada. Podemos ainda citar os papéis domésticos e de educação geralmente atribuído às mulheres, entre muitas outras coisas.

Diante dessas diferenças de gênero, que podem ser verificadas em nossa sociedade, seja no dia a dia, seja nos noticiários, surgem outras perguntas: qual a relevância da infância nesse cenário?

Objetivo Geral

Esse estudo objetiva identificar e analisar as representações sociais sobre gênero de um grupo composto por crianças de 6 a 11 anos, frequentadoras de um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV - inserido num Centro de Referência de Assistência Social – CRAS - de um município do interior do Estado de São Paulo, bem como realizar uma atividade interventiva com o objetivo de promover a reflexão sobre as relações igualitárias entre os gêneros.

Objetivos Específicos

- Investigar as experiências e vivências relacionadas a conflitos de gênero.
- Caracterizar o contexto dessas experiências.
- Identificar a percepção sobre papéis sociais atribuídos a cada gênero.

Justificativa

Sabe-se dos diversos obstáculos que são vivenciados no cotidiano simplesmente por pertencer a um ou outro gênero. É também de notório conhecimento o papel relevante da infância para a constituição da personalidade e para a formação do cidadão.

Diante disso, esse estudo centrou-se na temática de gênero na infância, olhando para esta como um período propício para que se desenvolva intervenções, bem como ações preventivas, com vista a fortalecer valores universais, como respeito à diversidade e a valorização da mesma. Ainda, de acordo com Torres Esperon, Lozano Lefrán, Rodríguez Washington (2014, p. 893, tradução nossa), é importante desenvolver nas crianças conhecimentos relacionados com a igualdade de gênero mediante atividades próprias da idade, com a intenção de convertê-los em multiplicadores em seu grupo de estudo, lar e comunidade e como preparação prévia à educação sexual dos adolescentes.

Sabemos que o contexto da sala de aula é um ambiente propício para se discutir temas ligados aos direitos humanos, no entanto não devemos subvalorizar o papel de outros setores, como o Desenvolvimento Social, nesse processo socioeducativo de formação de cidadãos, nesse contexto de diversidade cultural no qual estamos inseridos.

Compreender essas representações sociais, nesse mesmo contexto, e as vivências em razão delas desencadeadas, se faz de suma importância para subsidiar a promoção dos direitos humanos e da igualdade de condições entre gêneros, bem como promover a conscientização deste fenômeno que muitas vezes passa despercebido.

Por fim, espera-se ainda que esta pesquisa possa contribuir com outros trabalhos que venham a ser realizados sobre essa temática.

CONTEXTO DE INTERVENÇÃO: CRAS E SCFV

A presente pesquisa de temática ligada aos Direitos Humanos se insere no contexto do Desenvolvimento Social, mais especificamente no espaço físico de um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Portanto faz-se necessário descrever esse cenário e o serviço no qual essa pesquisa é realizada.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) define o CRAS como um órgão público estatal descentralizado da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). É ele a porta de entrada do Sistema Único de Assistência Social (Suas). O CRAS é responsável por ofertar serviços de Proteção Social Básica em áreas e territórios de vulnerabilidade e risco social. (BRASIL, MDS, 2015a)

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) é o principal serviço ofertado no CRAS, de execução obrigatória e exclusiva. É um serviço que possui caráter continuado, que visa fortalecer a capacidade protetiva das famílias, prevenindo a desvinculação familiar, promovendo o acesso a direitos e a busca por melhora na qualidade de vida da população atendida (BRASIL, MDS, 2015b).

Organizado em torno do PAIF, temos o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que tem por objetivo prevenir situações de riscos da população em geral. Tal serviço é organizado por faixa etária e se constitui em grupos dentro do CRAS ou a ele referenciados, buscando prevenir a institucionalização e segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, além de oportunizar o acesso às informações acerca de direitos e participação cidadã. O referido serviço baseia-se nas trocas culturais e de vivências, com vistas a desenvolver sentimentos de identidade e pertença, além de buscar fortalecer os vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária (BRASIL, MDS, 2015b).

No que concerne mais especificamente a faixa etária dos participantes desse estudo, o SCFV, destinada a ela, tem por objetivo “assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo” (BRASIL, MDS, 2015c). O que favorece esse estudo acerca das reflexões sobre gênero por ele trazidas. É importante, ainda, ressaltar que o MDS, através do SCFV, “*reconhece a criança e o adolescente como sujeitos de direito em formação e com efetiva participação no*

mundo público” (BRASIL, MDS, 2015c). Esta perspectiva acerca desses sujeitos é compartilhada por esse estudo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica desse estudo teve por base a conceituação de gênero e representação social, bem como a explicitação da perspectiva de infância e da concepção de direitos humanos nele adotada.

Direitos Humanos

Quando nascemos somos inseridos em um determinado tempo histórico, em uma determinada cultura e passamos a ocupar um lugar na sociedade, e nossa identidade vai se desenvolvendo no seio de nossa família. Portanto, o ser humano deve ser pensado dentro de sua historicidade. (PULINO, 2015b)

Fazemos parte de uma cultura, a qual também ajudamos a construir, e com isso vamos formando e transformando a sociedade. O processo de socialização começa na família, e vai para além dela, acontecendo na relação com os pares e, sobretudo, na escola, sendo esta responsável pela educação formal, e que também transmite valores e crenças de sua cultura. (PULINO 2015b)

No entanto, esse processo de educação e socialização não se dá apenas no ambiente formal escolar. Outras relações formais e informais também são responsáveis pela socialização e formação do indivíduo enquanto ser humano, ainda que seja a escola a principal instituição na qual se desenrola a socialização e formação de seres humanos. De acordo com Pulino (2015^a, p.2), *“além da educação formal, que se dá na escola, e da educação familiar, considera-se que o processo educacional é muito mais amplo, abrangendo toda a vida social das pessoas”*.

Através desse processo de socialização, de contato com o outro nas relações sociais, vamos nos tornando humanos. (PULINO, 2015b) E como seres humanos somos diversos, cada ser tem a sua característica de ser único nesse mundo, somos diferentes. No entanto, a categoria diferente tem sido usada para se referir àqueles grupos sociais que têm sido vítimas de práticas de exclusão social (NASCIMENTO; DELMONDEZ, 2015). De acordo com Delmondez e Nascimento (2015, p.6) essas práticas são capazes de deixar marcas nessas pessoas, pois *“vive-se, hoje, segundo normas sociais que oprimem e discriminam a diferença*

marcada no corpo, sendo que essa discriminação per se mediante a desqualificação do outro, podendo acarretar graves danos pessoais, sociais e educacionais.”

Surge então o ideal de igualdade, que inspirou grupos de pessoas, que se sentiam excluídos, a lutar e reivindicar inclusão social. Faz-se necessário falar sobre Direitos Humanos, que em sua perspectiva de universalidade, que enreda as declarações oficiais, traz consigo uma concepção ideológica de superioridade, através de imposição cultural, política e econômica, trazendo consigo o ideal de uma melhor forma de viver e aplicando-a e expandindo-a para todo o canto do planeta. (JUNIOR; SOUZA, 2015). Essa é a concepção hegemônica de direitos humanos, separada de seu processo sócio histórico de constituição. (JUNIOR; SOUZA, 2015)

A perspectiva em direitos humanos aqui adotada não é essa perspectiva naturalista, hegemônica. A perspectiva em direitos humanos para fins desse estudo é a perspectiva contra-hegemônica, que aborda os direitos humanos como processos de direitos, a qual considera a condição histórica e cultural desses direitos. Aqui os direitos humanos são resultados de combates contra a violação de direitos e de lutas pela sua efetivação. (JUNIOR; SOUZA, 2015) Portanto, essa concepção não está baseada no universalismo e na generalidade, típicas das declarações oficiais, mas na perspectiva que luta em favor dos discriminados, dos menos favorecidos, daqueles que, embora contemplados pelos ideais da perspectiva hegemônica, permanecem em seu contexto, em sua realidade, sendo oprimidos e tendo seus direitos violados. É preciso efetivar direitos, garantir a participação social, dar visibilidade à diversidade cultural que é marca de nossa sociedade.

Gênero, Infância e Representações sociais

Antes mesmo de qualquer um de nós chegarmos a esse mundo, já havia muitas expectativas sobre essa nossa chegada. Uma das principais, e talvez uma das mais angustiantes, dizia respeito a ser menino ou menina. Essa ansiedade toda gira em torno do sexo da criança, aqui entendido na sua definição biológica, que tem por base a diferença genital. Muitos pais expressam sua preferência em ter um filho de determinado sexo até mesmo antes da gravidez. Outros, afirmam não ter essa preferência.

O entendimento desse processo pelo qual os pais passam não é tão simples, pois o fato de o bebê pertencer a um ou outro sexo é capaz de gerar uma diversidade de expectativas, através das quais diferentes papéis já são previamente atribuídos ao bebê, a começar pela compra do enxoval, pela escolha das roupinhas, da cor destas, pela seleção dos brinquedos. A essa definição de papéis e expectativas geradas a partir do conhecimento do sexo do bebê, dá-se o nome de papéis sociais de gênero. Para fins desse estudo, a definição de sexo e de gênero é a encontrada em Nicholson, sendo sexo aquilo que é biologicamente dado, e gênero aquilo que é socialmente construído. (NICHOLSON, 2000 apud MARIANO, 2005). Ainda, gênero são os significados associados ao sexo biológico, que são altamente históricos e sociais e usados para a diferenciação social entre homens e mulheres. (WEEKS, 1999)

Na construção social de gênero não se deve ignorar a influência dos fatores culturais, das relações sociais, bem como as relações de poder entre indivíduos. Tudo isso influencia no que vem a ser considerado comum ou incomum, normal ou anormal, aceitável ou inaceitável. (WEEKS, 1999); (LOURO, 1999). Louro (1999, p.9) contextualiza bem essa relevância cultural:

“A inscrição dos gêneros — feminino ou masculino — nos corpos é feita, sempre, no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura. As possibilidades da sexualidade — das formas de expressar os desejos e prazeres — também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas. As identidades de gênero e sexuais são, portanto, compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade”

Diante desse cenário, as instituições, como a família, a escola, o Estado, a igreja, a mídia, a justiça, através de suas práticas tem mostrado interesse na forma como nos comportamos, além de exercer papel determinante na definição de quais papéis pertencem ao masculino e ao feminino. Portanto, todas essas instituições exercem uma pedagogia, que reiteram práticas e identidades hegemônicas, enquanto procuram subordinar, recusar e negar outras práticas e identidades. Trata-se de uma verdadeira classificação e divisão de sujeitos, cuja classificação gira em torno da correspondência ou não aos papéis socialmente estabelecidos, o que pode ser fonte de discriminação. Mesmo a ciência, enquanto medicina, psicologia e trabalho social, tem procurado dizer a forma apropriada de comportamentos que

devemos adotar (LOURO, 1999); (KIMMEI; MESSNER, 1992, apud LOURO, 1999); (WEEKS, 1999).

Dos meninos é esperado o papel de “durões” e insensíveis. A expressão de sentimentos entre meninos é um tabu, e a competição entre eles é fortemente estimulada, o que já não é esperado das meninas, que são estimuladas a serem sensíveis, partilharem suas experiências e sentimentos, a serem dóceis. Através da vergonha, da culpa e do medo, busca-se disciplinar quem ousa cruzar essa fronteira entre os papéis de gênero socialmente definidos. Surgem também as piadas, gozações, gestos e apelidos que são dirigidos a esses indivíduos que atravessam tal fronteira. Mais uma estratégia de disciplina, discriminação e exclusão daqueles que não se encaixam nesse jogo de papéis definidos. (LOURO, 1999)

Apesar da diferenças de gênero em nossa cultura de dominação masculina, não devemos nos esquecer das diversas transformações pelas quais as relações de gênero passaram (WEEKS, 1999). A conquista dos direitos ao divórcio, ao voto, dentre outros são exemplos de conquista que vão ao encontro do que aponta Thomas Laqueur (1990), quando afirma que as relações entre o masculino e o feminino, bem como os conceitos de gênero e corpo, têm sofrido modificações fundamentais. (LAQUEUR, 1990 apud WEEKS, 1999). Jeffrey Weeks (1999, p.42) exemplifica algumas das transformações que ocorreram na perspectiva das relações de gênero ao citar algumas conquistas das mulheres no campo da sexualidade:

Ainda que a dominação masculina permaneça uma característica central da sociedade moderna, é importante lembrar que as mulheres têm sido ativas participantes na modelação de sua própria definição de necessidades. Além do feminismo, as práticas cotidianas da vida têm oferecido espaços para as mulheres determinarem suas próprias vidas. Têm se ampliado, a partir do século XIX, os espaços aceitáveis, para incluir não apenas o prazer no casamento, mas também formas relativamente respeitáveis de comportamento não-procriativo. Os padrões de privilégio sexual masculino não foram totalmente rompidos, mas há, agora, abundantes evidências de que tal privilégio não é inevitável nem imutável.

Diante disso não podemos negar o papel que a história desempenha na construção das relações de gênero e nos papéis que são a cada indivíduo atribuídos em função de seu sexo, conforme nos diz Butler:

Pois se o gênero é construído, ele não é necessariamente construído por um "eu" ou um "nós" que se coloca antes daquela construção em qualquer sentido espacial ou temporal de "antes". De fato, não fica claro que possa haver um "eu" ou um "nós" que não tenha sido submetido, que não tenha sido sujeitado ao gênero, onde a generificação é construída, entre outras coisas, pelas relações diferenciadoras pelas quais os sujeitos falantes se transformam em ser. Submetido ao gênero, mas subjetivado pelo gênero, o "eu" não precede nem segue o processo dessa generificação, mas emerge apenas no interior das próprias relações de gênero e como a matriz dessas relações. (BUTLER, 1999, p. 162)

Apesar dessas transformações no que se refere à relação de gêneros, algumas diferenças permanecem existindo, não só na atribuição de papéis, mas também em questões socioeconômicas, conforme aponta alguns dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE. Vivemos em um país onde as mulheres representam a maioria da população (51,13%), no entanto ser maioria enquanto população não significa ser maioria no mercado de trabalho formal, por exemplo. Em 2010, 57,9% das mulheres economicamente ativas estavam ocupadas em trabalhos formais, enquanto que entre os homens os dados apontam 59,2%. Quando comparado o rendimento médio das mulheres em trabalho formal em relação ao dos homens na mesma situação verifica-se se que as mulheres têm como renda 73,9% do rendimento dos homens. (IBGE, 2011).

A associação entre a diferenças materiais de gênero e as práticas discursivas tem papel central nessa discussão, no entanto não se pode afirmar que o discurso seja causador dessa diferença, apesar de esta ser fundamentada por ele (BUTLER, 1999). Então, uma vez que a diferença de gênero está marcada por práticas discursivas, podemos assim assinalar o importante papel da linguagem e da comunicação nesse processo.

Através da linguagem e do pensamento, fortemente influenciados pelo meio em que vivemos, vamos introjetando discursos, formando conceitos, desenvolvendo

ideias e criando, assim, nossas representações da realidade, denominada representações sociais. Entender o que são representações sociais, como elas surgem e qual a sua relação com a realidade é importante para se poder compreender melhor as relações entre seres humanos, e até mesmo diversas formas de preconceito que estão presentes em nossa sociedade, bem como as relações entre gêneros. Diversos autores conceituam representações sociais, no entanto a perspectiva aqui adotada será a definida por Minayo (2015)

“Representações sociais é uma expressão filosófica que significa a reprodução de uma percepção anterior da realidade ou do conteúdo do pensamento. Nas ciências sociais, são definidas como categorias de pensamento, de ação e de sentimento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a. As percepções são consideradas consensualmente por todas as correntes de pensamento, como parte da construção da realidade” (Minayo, 2015, p. 219)

As representações sociais são categorias de pensamento que buscam representar a realidade, não são universais e estão intimamente ligadas ao contexto social no qual os indivíduos estão inseridos, sendo possível interpretá-las e estudá-las, uma vez que são consideradas fenômenos reais. (DURKHEIM, apud MINAYO, 2015). De acordo com Durkheim é possível citar outras características das representações sociais, como a possibilidade de sua inconsciência por parte dos sujeitos, sua relativa independência e seu poder de coerção:

Na concepção de Durkheim [...] é a sociedade que pensa, portanto, as representações não são necessariamente conscientes do ponto de vista individual. Assim, de um lado, elas conservam sempre a marca da realidade social onde nascem, mas, também, possuem vida independente e reproduzem-se tendo como causas outras representações e não apenas a estrutura social. Segundo ele, algumas representações, mais que outras, exercem, sobre uma sociedade específica, uma peculiar coerção para que seus membros atuem em determinado sentido. (DURKHEIM, 1978 apud MINAYO, 2015, p.220)

Minayo (2015) cita três estudiosos das representações sociais, os quais ela os denomina de ‘autores clássicos’. São eles: Durkheim, Weber e Marx e Engels.

Apesar de algumas divergências entre esses autores sobre este tema, ela aponta os principais pontos de convergência, como a importância de se compreender as representações sociais para poder entender a realidade, e a observação de que a manifestação dessas representações se dá no plano individual.

Pesquisar representações sociais é identifica-las e analisa-las a partir de uma teoria, de procedimentos de coleta de dados e de instrumentos específicos de análise desses dados. A pesquisa qualitativa é uma das formas de estudo que pode buscar o levantamento as representações sociais, sua análise e entendimento, o que pode servir de base para ações de intervenção e transformação, conforme aponta Minayo:

[...] conclui-se que a categoria representações sociais é central para a prática da pesquisa qualitativa tanto para a realização de entrevistas como para a observação de campo. As representações sociais manifestam-se em falas, atitudes e condutas que se institucionalizam e se rotinizam, portanto podem e devem ser analisadas. (MINAYO, 2015, p. 236.)

[...] as representações podem ser consideradas matéria-prima para a análise do social e também para a ação pedagógica e política de transformação, pois retratam e refratam a realidade. (MINAYO, 2015, p.238)

Diversos temas podem ser abordados a partir dessa perspectiva das representações sociais, como é o caso da temática do gênero. Pode-se estudar as representações de diversos grupos sociais, bem como as mais diversas faixas etárias, como foi a infância nesse estudo.

As crianças, como seres humanos, são seres sociais e históricos (FILHA, 2012) e que podem desempenhar um papel ativo na construção de sua cultura (GOBBI, 2002 apud Filha, 2012). Às crianças são impostas expectativas baseadas em seu sexo, e cada qual, de acordo com as circunstâncias sociais, responderão de maneira específicas a tais expectativas. Pulino (2015) sintetiza a concepção de infância adotada nesse estudo:

A relação com o outro não se caracteriza por uma passividade da criança, pois esta se coloca como ativa e criativa em seus relacionamentos, numa

relação de troca com o outro, sendo, assim, “o outro do outro”. Dessa forma, o outro, tanto o adulto como jovens e outras crianças, também se constituem e se modificam no contato com a criança a quem apresentam o mundo e educam, da mesma forma que o próprio mundo vai se modificando a partir dessas relações. E a criança acolhe o mundo já constituído por significações históricas e culturais, como valores, ideias, práticas, de que ela se apropria de maneira original e pessoal, ainda que contextualizada em um campo de significações disponíveis na cultura. Esse processo de sobrevivência e socialização, dessa forma, caracteriza-se por um movimento, em que se transformam a criança, as pessoas com quem ela se relaciona e o mundo e a cultura em questão. (PULINO, 2015, p.4)

É nesse contexto de relações sociais que as crianças estão inseridas, sendo construídas por elas, e também construtoras a partir delas. Diante dessa visão acerca da infância, enquanto sujeitos em desenvolvimento e também construtores de sua subjetividade, optou-se por estudar as representações sociais de gênero e dar vozes a elas, para que suas representações possam ser compreendidas à luz do contexto no qual estão inseridas e o seu papel nesse processo entendido.

Pesquisas sobre representações sociais de gênero na infância

Algumas pesquisas foram realizadas sobre essa temática das relações de gênero na infância. Cruz (2004) estudou as relações de gênero na infância através das interações entre meninos e meninas no recreio escolar. Um espaço de distanciamento organizado entre os gêneros no recreio foi constatado na forma de clubinhos. Nesse verificou-se presença de conflitos, mais por aproximação entre os gêneros que por oposição. Constatou-se a presença de provocações verbais e físicas, leves ou agressivas, materializados através de xingamentos, empurrões e tapas. A naturalização de uma masculinidade foi observada pela autora, bem como preconceito à homossexualidade. O domínio da quadra esportiva e a cultura do futebol pelos meninos esteve presente nesse estudo.

Esperón, et al (2014) realizou uma pesquisa intervenção com 36 crianças cubanas entre 7 e 11 anos com objetivo de capacitar as crianças para serem promotores da igualdade de gênero. As crianças realizaram materiais educativos e propagandas sobre o tema, bem como realizaram um concurso. A abordagem de gênero na infância se mostrou uma nova forma eficiente de se promover a igualdade entre os gêneros.

Azevedo (2003) estudou as relações entre crianças de 0 a 6 anos em todo o espaço escolar, da sala de aula ao recreio, sobretudo através das brincadeiras

infantis. Constatou-se que o espaço escolar, através de seu currículo e suas práticas, é capaz de produzir representações sociais que podem constituir discriminações de gênero, bem como interferir na formação da identidade de gênero das crianças.

Outros estudos foram realizados, como o de Moraes (2004), que comparou as brincadeiras, conflitos e provocações de um grupo de crianças de 4 a 5 anos da capital paulista com outro grupo de mesma faixa etária de uma cidade litorânea do mesmo estado (Ubatuba).

METODOLOGIA

Tipo de Pesquisa

A pesquisa realizada é uma pesquisa social de caráter descritivo e interventivo, quanto aos objetivos. Por pesquisa social entende-se a perspectiva adotada por Minayo (2015), que a compreende como “...os vários tipos de investigação que tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica”. (MINAYO, 2015, p. 47). Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de pesquisa de levantamento de dados (representações sociais) através da interrogação direta dos participantes e de posterior realização de uma atividade interventiva por meio de roda de conversa. A referida pesquisa é, portanto, de ordem qualitativa e descritiva; envolveu a análise, interpretação, categorização e tratamento de dados na forma de gráficos.

Caracterização do CRAS

O CRAS no qual essa pesquisa se desenvolveu está localizado numa região estratégica: na divisa entre a região central da cidade e a área periférica de uma cidade do interior de São Paulo. A maioria das pessoas atendidas nesse CRAS reside na região periférica e apresenta algum grau de vulnerabilidade social, não sendo esta apenas a ausência de recursos financeiros para subsistência.

A inauguração desse CRAS ocorreu em junho de 2008. Em 2009 iniciou-se a ampliação desse prédio, que só foi finalizada em agosto de 2014 com sua inauguração. Entre 2012 e 2014 esse CRAS passou a funcionar em um prédio alugado na mesma região por consequência dessa reforma do prédio.

Esse CRAS conta com uma equipe composta por 22 funcionários, destes, 12 são do quadro efetivo de cargos preenchidos por meio de concurso público e exercem as funções de Assistente Social (2), Auxiliar Administrativo (2), Auxiliar de Serviços Gerais (2), Coordenador de CRAS (1), Motorista (2), Psicólogo (2) e Vigia (1). Os demais funcionários exercem as funções de educadores sociais (4) e monitores de oficinas de artesanato (1), bordado (1), costura (2), e estética (2).

O grupo no qual as crianças participantes estão inseridas conta com o apoio direito de quatro destes funcionários: educador social, monitor de artesanato,

assistente social e psicólogo, sendo que o assistente social e o psicólogo exercem as funções, respectivamente, de técnico de referência e orientador do grupo.

Participantes da Pesquisa

Foram participantes dessa pesquisa 10 crianças que frequentam o SCFV de um CRAS do interior de São Paulo, com idade entre 07 e 11 anos, de baixa renda, de ambos os sexos, sendo 6 do sexo masculino e 4 do sexo feminino, todos estudantes de escola pública na educação básica municipal.

60% dos participantes são beneficiários do Programa Bolsa Família, 30% do Programa Renda Cidadã, do Governo do Estado de São Paulo, e outros 30% não recebiam nenhum benefício de programas de transferência de renda.

60% dos participantes possuem renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos, 30% até 1 salário mínimo e 10% entre 3 e 6 salários mínimos.

AÇÕES INTERVENTIVAS

Instrumentos de pesquisa

Para realizar esta pesquisa foram utilizados os seguintes instrumentos:

Carta de Apresentação e Autorização de Pesquisa: foi entregue ao órgão, assinada pelo pesquisador e com a identificação da universidade e do orientador.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: direcionado aos pais ou responsáveis pelos participantes. Uma cópia do modelo desse termo também foi deixada com o responsável pelo órgão. Esse termo contém as garantias de sigilo da identidade, de que a participação no estudo é voluntária, e que os responsáveis foram informados com clareza acerca dos procedimentos a que seriam submetidos seus filhos, sobre os objetivos da pesquisa e o uso que será feito das informações coletadas. Consta nesse termo, também, os meios de contato para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos. O termo foi levado aos responsáveis através de visita domiciliar.

Roteiro de Entrevista Semi-dirigida: elaborada para esse estudo, contendo questões referentes à vivência das crianças sobre gênero. A entrevista foi gravada em áudio mediante autorização prévia através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Questionário Sociodemográfico: questionário através do qual foi possível traçar um perfil sociodemográfico dos participantes. O preenchimento dele aconteceu a partir do prontuário da família, no qual constava os dados necessários.

Procedimentos de Coleta e Análise de Dados

Quanto aos procedimentos de coleta, primeiramente foi entregue a Carta de Apresentação e Autorização de Pesquisa ao órgão. Logo após, deu-se início às visitas domiciliares para a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos responsáveis. Após a assinatura desses documentos iniciou-se os procedimentos de coleta de dados: preenchimento do Questionário Sociodemográfico, realização da Entrevista Semi-estruturada individual. Após a coleta de dados pela entrevista, realizou-se uma atividade interventiva na forma de roda de conversa a partir da leitura de uma história infantil sobre gênero denominada “Menina não entra” de autoria de Andrade (2007). Em seguida iniciou-se a análise dos dados.

O procedimento para análise das informações envolveu a leitura do conteúdo material: as respostas dos participantes à entrevista. Os conteúdos foram analisados de acordo com a técnica de Análise de Conteúdo, proposto por Minayo (2015), que através do estabelecimento de categorias, permite a descoberta e a classificação das ideias e conceitos que suportam os discursos dos entrevistados e a comparação dessas com as hipóteses propostas inicialmente estabelecidas e com a literatura pesquisada.

Após a finalização da pesquisa, uma cópia da monografia ficou disponível no órgão para consulta dos resultados pelos pais ou responsáveis, bem como para o registro e arquivos do órgão.

RESULTADOS

A partir das perguntas formulas foram sintetizados focos de análise que permitiram criar determinadas categorias.

Brincadeiras favoritas

A primeira pergunta indagava sobre as brincadeiras favoritas das crianças. A brincadeira de “pega-pega” apareceu como a brincadeira favorita, estando presente nas respostas de nove crianças, apenas um menino não a citou. A brincadeira de “esconde-esconde” parece ter preferência das meninas, sendo citada por todas (quatro) elas, embora apareça bem citada entre os meninos, citada por metade (três) deles. Outra brincadeira que esteve presente na preferência tanto de meninos quanto de meninas foi a “amarelinha”, que foi citada por um menino e por uma menina. As brincadeiras que em nossa sociedade costumam estar mais reservadas a um determinado sexo, como futebol, “carrinho”, “casinha”, “boneca”, não apareceram de forma significativa nessa pergunta que demandava apenas respostas espontâneas. Apenas o futebol foi citado por um menino. Outras brincadeiras foram citadas em frequência única, como “juba-leão”, “mês”, “alerta”, “chocolate inglês”, “polícia-ladrão”, “corre cotia”, “queimada”, “bets”, “história da serpente”, “dinossauro”, “quebra-cabeça”, “bonecos” e “arminha”. A partir dos dados levantados por essa primeira pergunta pode-se afirmar que não houve diferenças significativas entre meninos e meninas quando se fala sobre suas brincadeiras favoritas.

Interação entre meninos e meninas nas brincadeiras

Aqui foi investigada a frequência de interação entre as crianças na brincadeira. Pode-se dizer que há uma considerável interação entre meninos e meninas. Metade das crianças, independente do sexo, disseram brincar com crianças do sexo oposto. A outra parcela brinca apenas com outras crianças do mesmo sexo. Nenhuma das crianças relatou brincar exclusivamente com crianças do sexo oposto.

Atividades preferidas na aula de Educação Física.

Aqui foram levantadas as brincadeiras favoritas das crianças na aula de Educação Física através de respostas espontâneas. O futebol apareceu como a atividade favorita dos meninos, sendo citado por quatro deles. O futebol também foi citado por metade (duas) das meninas e apareceu como atividade mais citada entre elas. O vôlei foi citado por metade dos meninos, no entanto não foi citado por nenhuma menina. A atividade de “pular/saltar” foi citada por dois meninos. Entre as meninas não teve uma brincadeira que fosse apontada pela maioria delas como favorita. Outras atividades como basquete, queimada, pular corda e pega-pega foram citadas pelas meninas uma única vez. Os dados apontam uma diversidade maior de atividades preferidas entre as meninas, ao passo que os meninos centralizam suas preferências nas brincadeiras que envolvem bola, como o futebol, o vôlei e o basquete, além das brincadeiras de “pular/saltar”.

Vantagens em ser menino e em ser menina.

Nesta questão as crianças foram indagadas acerca do que acreditavam ser as vantagens em ser menino e em ser menina.

Quando os meninos foram indagados sobre a vantagem de ser menino, as falas dos participantes foram classificadas em duas categorias, as *vantagens por papéis sociais* e as *vantagens naturais*. A grande maioria dos meninos mencionou *vantagens por papéis sociais* como vantagem em ser menino, papéis esses relacionados às brincadeiras atribuídas por eles aos meninos:

“Jogar bola.” (participante 1)

“A vantagem porque as meninas, elas só gostam de brincar de casinha, mamãe-papai-filhinho, e os meninos já gostam de jogar bola, andar de skate, patinete, essas coisas.” (participante 6)

“Ah, porque menino joga futebol, tem mais brincadeiras, eu acho, menino já quando cresce pode sair, menina de vez em quando também não ... menino gosta

de brincar de tudo, tem alguma coisa que as meninas não gostam de brincar.”
(participante 7)

“Jogar bola.” (participante 9)

A resposta classificada como *vantagem natural* refere-se a resposta de um menino que classificou a vantagem em ser menino baseado em um aspecto que, pela forma como ele citou, parece ser natural, intrínseco aos meninos, que é a força física:

“Eu sou forte...elas não”. (participante 2)

Quando esta mesma pergunta, acerca das vantagens em ser menino, foi feita às meninas os aspectos relacionados aos papéis sociais também foram dominantes. As categorias foram as mesmas da anterior: *vantagens por papéis sociais* e *vantagens naturais*.

Sobre as *vantagens por papéis sociais* podemos citar as seguintes falas:

“Que eles gostam muito de jogar bola.” (participante 5)

“Poder andar de skate, menina também pode, mas é mais pra menino andar de skate, mais pra menino jogar bola.” (participante 8)

Sobre as *vantagens naturais*, apontadas como características naturais dos meninos temos a seguinte fala de uma menina:

“Os meninos são muito amigos, têm a letra bonita” (participante 4)

Ainda nessa pergunta, houve o relato de uma menina no qual há a descrição de conflitos entre os gêneros, no caso quando há a ausência de conflito, esta é caracterizada como vantagem por ela:

“Quando eles estão brincando com a gente e não fazem nenhuma besteira com a gente [...] quando eles estão brincando com as meninas.” (participante 3)

Quando indagados sobre as vantagens em ser menina, os meninos dividiram-se entre as *vantagens por papéis sociais* e as *vantagens naturais*. Entre as vantagens classificadas como *vantagens por papéis sociais*, destaca-se:

“Passar esmalte.” (participante 1)

“Ah, porque elas brincam de boneca, gostam de brincar muito de amarelinha, elas também gostam de brincar de escolinha.” (participante 7)

“Brincar de boneca.” (participante 9)

Já entre as falas classificadas como *vantagens naturais*, destaca-se:

“As meninas dividem [...] doces.” (participante 2)

“Elas gostam de compartilhar as coisas.” (participante 6)

“Porque menina é bonita e se não tivesse menina, nós não ia casar com menina.”(participante 10).

Já quando a mesma pergunta foi realizada às meninas, as respostas foram todas classificadas dentro da categoria *vantagens naturais*. E, mais uma vez, o conflito entre gêneros surgiu na fala das meninas:

“Não brigar com as outras meninas e ser tudo amigas.” (participante 3)

“As meninas tem mais jeitinho, mais comportada, e também tem as coisas mais organizada [...] as coisas bem arrumadinho, bonitinho.” (participante 4)

“As meninas são muito legais.” (participante 5)

“Menina pelo menos se os meninos bate, eles apanha [...] da mãe [...] as meninas não [...] menina é mais delicada que menino.” (participante 8)

Desvantagens em ser menino e em ser menina.

Quando os meninos foram indagados acerca das vantagens em ser menino, foram praticamente unânimes ao apontar as brigas como a parte mais desvantajosa. Surgiram também relatos de algumas atitudes dos meninos que podem ser consideradas egoístas. Outros meninos afirmaram não saber as desvantagens em ser menino. Houve um relato de um menino no qual há descrição de experiência vivenciada de racismo:

“Brigar também [...] entre eles.” (participante 1)

“É porque a gente não divide nada” (doces) [...] “menino ser chato” (participante 2)

“Eles gostam de brigar, não faz amizades às vezes.” (participante 6)

“Não sei.” (participante 7)

“Não sei.” (participante 9)

“Você é menino, depois você é moreno, e depois começa ‘racismar’ os outros.” (participante 10)

Já as meninas, quando indagadas sobre as desvantagens sobre ser menino, as brigas e as agressões práticas pelos meninos foram unanimidade entre elas, conforme podemos conferir na transcrição de seus relatos abaixo:

“Brigam muito com as meninas.”(participante 3)

“Eles não são muito organizado, suado, eles correm bastante, eles só gostam de bater.” (participante 4)

“Eles são chatos, eles ficam mexendo com as meninas [...] eles xingam, ficam batendo.” (participante 5)

“Quando eles batem nas meninas.” (participante 8)

Quando a pergunta versou sobre as desvantagens em ser menina, entre os meninos os papéis sociais atribuídos voltar a figurar como principal motivo das desvantagens. Aspectos classificados como *desvantagens naturais* pouco aparecerem nos discursos dos meninos nessa pergunta. Houve também menino que disse não saber citar alguma desvantagem, bem como menino que relatou sofrer agressões de meninas:

“Bater nos meninos.” (participante 1)

“Elas não emprestam os livrinhos pra gente ler.” (participante 2)

“Elas gostam de pintar a unha.” (participante 6)

“Porque elas não gostam de brincar de muitas coisas dos meninos[...].”
(participante 7)

“Não sei.” (participante 9)

“[...] quando cresce tem filho.” (participante 10)

Já as meninas fizeram citações que foram classificadas como *aspectos comportamentais* e, mais uma vez *papéis sociais atribuídos*, como podemos verificar em algumas falas a seguir:

“Quando uma briga com a outra e para de conversar.”(participante 3)

“ Tem meninas que não arruma as coisas [...] usar tamanco, e se maquiar.”(participante 4)

“ Às vezes o nosso cabelo embaraça, dá um sacrifício.” (participante 5)

“nada.”(participante 8).

Brincadeiras de meninos e brincadeiras de meninas

As questões aqui utilizadas buscavam identificar as brincadeiras que as crianças caracterizavam como exclusiva de meninos ou de meninas.

Quando perguntados sobre quais as brincadeiras exclusivas de meninos, os meninos se mostram divididos. Carrinho e futebol foram as brincadeiras mais citadas como exclusivamente de meninos pelos meninos. Dois meninos afirmaram que não existem brincadeiras exclusivas de meninos. Na categoria *outras brincadeiras* houve citação única de brincadeiras como Power Rangers, Ben10, HoteWheels. Alguns meninos, após citarem alguma brincadeira ou afirmarem que não existem brincadeiras só de meninos, foram questionados se as meninas podiam brincar de carrinho ou futebol e, apesar de afirmarem que as brincadeiras serem só de meninos, admitem que meninas podem brincar, como é o caso do participante 1 em sua fala transcrita abaixo. Outro menino, quando questionado se as meninas podem jogar futebol, justificou não existir brincadeiras só de meninos através do relato de sua experiência, citada abaixo também:

“Acho que pode.” (participante 1)

“Podem, normal! Na minha escola a menina, a Maria Eduarda, joga futebol com nós.” (participante 7)

O futebol e o brincar de carrinho também figurou entre as meninas como as brincadeiras mais citadas como exclusivas de meninos. Houve quem afirmou que não existe brincadeira exclusiva de meninos também. Não houve citação de outras brincadeiras além de carrinho e futebol pelas meninas nessa pergunta. As meninas também foram questionadas se meninas podiam brincar de carrinho ou de futebol e, apesar de apontarem como brincadeiras exclusivas de meninos, afirmaram que meninas podem brincar também. Houve quem ressaltou que apesar de as meninas poderem, não é comum, como vemos na fala das seguintes participantes:

“Ah, meninas podem brincar, mas o futebol que eu vejo é só menino que joga.” (participante 4)

“Acho que pode [...] de menina também.” (participante 3)

“Pode, porque tem carrinho da Barbie. ” (participante 8)

Em seguida os participantes foram indagados sobre quais a brincadeiras exclusivas de meninas. Nessa pergunta nove dos dez participantes afirmaram ser a brincadeira de boneca exclusividade das meninas. Todas as meninas afirmaram ser essa brincadeira só de menina. Entre os meninos apenas um menino disse não existir brincadeira só de menina. Outras brincadeiras foram citadas como exclusividade de meninas apenas uma vez, e todas por meninos, como casinha, pular corda e passar esmalte:

“Boneca.” (participante 1)

“Não existe.” (participante 2)

“Boneca, porque isso é coisa de menina.” (participante 3)

“De boneca, assim, Barbie, é uma brincadeira de menina, não pode brincar menino.” (participante 4)

“Boneca.” (participante 5)

“Brincar de casinha, brincar de passar esmalte, brincar de boneca.”
(participante 6)

“Só de menina, ah, acho que os meninos não podem brincar de boneca.”
(participante 7)

“Isso existe, tem menina que fica brincando de boneca.” (participante 8)

“Boneca, Barbie.” (participante 9)

“Boneca e pular corda.” (participante 10)

Diferenças entre Meninos e Meninas

Esta questão surgiu já no andamento da pesquisa, a partir da terceira entrevista, pois a pergunta anterior, que indagava o que era ser menino e o que era ser menina, encontrou dificuldade de ser compreendida pelos dois primeiros participantes. Nessa questão, que foi respondida por oito crianças, buscou-se verificar se as crianças acreditavam haver diferenças entre meninos e meninas e também identificar quais essas diferenças citadas por elas. Apenas um menino disse não haver diferença entre meninos e meninas. Criou-se três categorias para classificar a fala das crianças. A categoria *aspectos físicos* refere-se às falas que atribuíram as diferenças físicas entre meninos e meninas com base em características físicas, e foi citada apenas por um participante:

“É que os meninos são mais fortes e as meninas têm mais cabelos.”
(participante 2)

Na categoria *aspectos sociais*, foram classificadas as falas que diferenciaram meninos e meninas a partir de seus gostos e papéis que lhes foram atribuídos, como determinadas brincadeiras. Foi a categoria que englobou mais falas dos participantes, junto com *aspectos comportamentais*. Um total de três dos oito participantes citaram papéis sociais como argumento de diferenciação entre meninos e meninas.

“Existe! Menino brinca de carrinho[...].” (participante 4)

“Tem diferença que eles brincam, jogam futebol, brincam de carrinho, e a gente quase não gosta de jogar futebol, brinca de boneca, a gente brinca, a gente gosta de brincar de boneca. ” (participante 5)

“Os meninos querem brincar de bola e as meninas não gostam, então aí também as meninas querem brincar de casinha e os meninos não gostam.”
(participante 6)

“Tem muita coisa que os meninos pode fazer e elas não, tipo assim, nós estamos jogando bola na rua e tiver uma menina pequena querendo jogar ali, aí ela não vai poder jogar [...]” (participante 7)

Na categoria aspectos comportamentais, foram incluídas às falas que faziam referências a atitudes e comportamentos adotados pelas crianças como motivo de diferenciação entre meninos e meninas. Essa categoria foi esteve presente na fala de três participantes:

“ Os meninos fazem as brincadeiras deles sem graça com a gente, as meninas.” (participante 3)

“As meninas são mais organizadas [...] os meninos são menos organizados [...] e os meninos são suados e as meninas não.” (participante 4)

“Sim! Menina é mais delicada, menino é mais selvagem [...] menina toma mais banho, se produz mais [...] passa mais coisa no corpo que o menino. Só que às vezes as meninas ficam demorando tanto pra sair de casa.” (participante 8)

Relação entre meninos e meninas.

Nessa questão as crianças foram indagadas sobre como é a relação e o vínculo entre meninos e meninas. Essa questão surgiu a partir da segunda entrevista, portanto foi respondida por nove crianças. Apenas uma criança do sexo feminino relatou que a relação entre meninos e meninas é boa:

“Combinam.” (Participante 4)

Todas as outras crianças tiveram relatos de conflito em suas falas, para algumas mais frequente, para outras nem tanto:

“Nenhum combina com ninguém [...] eles brigam toda hora.” (participante 1)

“Não [...] não combinam porque são diferentes.” (participante 2)

“Tem umas meninas que sim, tem umas meninas que não [...] tem uns menino que conversam com a gente na escola, um só.” (participante 3)

“Alguns combinam, outros brigam.” (participante 5)

“Não, não combinam [...] meio chata, os meninos não podem fazer nada, se fazer alguma coisa vai lá e conta pra professora, e a professora fica brava com os meninos.” (participante 6)

“Alguns brigam, alguns não.” (participante 7)

“Alguns, assim, combina, alguns não [...] eles brigam.” (participante 8)

“Não [...] meninos querem fazer uma coisa, meninas querem fazer outra.” (participante 10)

Vivência de Preconceitos.

Esta questão visava verificar se as crianças já viveram situações nas quais foram vítimas de preconceito, assim como identificar o local no qual aconteceram, bem como as emoções desencadeadas e as atitudes tomadas pelas crianças. Nas duas primeiras entrevistas as crianças se resumiram a dizer se tinham sido ou não vítima de alguma forma de preconceito e suas respostas foram bem simples, não permitindo explorar com maior riqueza essa experiência. Sendo assim, a partir da terceira entrevista adotou-se uma postura mais diretiva na forma de perguntar, através da exemplificação de algumas formas de preconceito. Também se passou a questionar se as crianças tinham conhecimento de alguma outra criança que tinha sido vítima de preconceito, sendo essa pergunta feita a oito crianças. Das dez crianças indagadas sobre o que é preconceito, oito delas disseram não saber o que é preconceito. Apenas duas delas deram sua definição do que acreditam ser preconceito, uma delas a partir de sua experiência enquanto vítima:

“Preconceito é você, tipo assim, tem uma pessoa e você fica falando da cor dela, do jeito do cabelo, fica xingando, um monte de coisa, chamando de gorda, essas coisas.” (participante 8)

“É quando os outros começam ‘racismar você’.” (participante 10)

Quando os participantes foram indagados sobre a vivência de alguma forma de preconceito, todos os seis meninos afirmaram terem sido vítimas. Entre as meninas, três das quatro afirmaram terem sido vítimas de preconceito. Logo em seguida foi feita a pergunta sobre o conhecimento de alguma outra criança que tenha sido vítima de preconceito, sendo essa pergunta feita a quatro meninos e quatro meninas, inserida a partir do terceiro entrevistado. Todas as meninas afirmaram ter conhecimento sobre alguma forma de preconceito vivenciada por outra criança. Entre os meninos, três dos quatro afirmaram ter esse conhecimento.

Às crianças que afirmaram terem sido vítimas de preconceito foram feitas indagações com o objetivo de identificar qual forma de preconceito vivenciaram, o local onde aconteceu, o que sentiram e que atitude tomaram.

O racismo foi o preconceito mais vivenciado pelos meninos, três deles afirmam sofrer preconceito por conta da cor de sua pele. Dos seis meninos entrevistados, apenas um era de cor branca. Uma parte considerável dos meninos, dois deles, revelou ter sido vítima de preconceito por ser considerado pobre. O preconceito por ser obeso apareceu na fala de um dos meninos, assim como o preconceito sofrido por papéis de gênero, no caso a criança relatou ter sofrido preconceito por brincar de uma brincadeira considerada de menina. Um menino relatou sofrer preconceito, mas não soube identificar qual o motivo. Outro relatou sofrer preconceito por outro motivo, no caso devido ao seu nome.

Entre as meninas que afirmaram ter sofrido preconceito (três), duas dessas três afirmaram ter sofrido preconceito por serem consideradas pobres. Outra menina afirmou ter sofrido preconceito por ser considerada obesa. Uma menina afirmou sofrer preconceito apenas por ser menina. Uma menina disse sofrer preconceito por outro motivo, no caso por afirmarem que possui piolhos. Nenhuma menina afirmou ter sido vítima de preconceito por conta da cor de sua pele. É importante observar

que todas as meninas entrevistadas eram de cor branca. Também não houve citação de preconceito pelas meninas por conta de papéis de gênero.

Quando indagadas sobre o local no qual sofreram preconceito, a escola apareceu como o local onde aconteceu a maior parte das vivências de preconceito, sendo citada por seis das nove crianças que afirmaram terem sofrido preconceito. A rua foi citada como palco das vivências de preconceito por duas crianças. O CRAS foi citado por uma das crianças, uma menina, como local de vivência de preconceito. Quando se faz a diferenciação de gênero para identificar o local dessas vivências, duas das três meninas afirmaram terem sofrido o preconceito na escola. Entre os meninos, quatro dos seis também afirmaram o mesmo. A rua aparece como o segundo local no qual mais foi vivenciada situações de preconceito, foi apontada por dois meninos. Nenhuma menina apontou a rua como palco dessa vivência. O CRAS foi apontado por uma das meninas, no entanto não foi mencionado pelos meninos.

Os participantes foram indagados sobre o que sentiram após vivenciar situações de preconceito. O sentimento de tristeza foi o mais citado entre as crianças, por cinco das nove que responderam essa pergunta. Todas as meninas, três, relataram sentir-se triste após vivência preconceito. Entre os meninos, dois relataram tristeza, a mesma quantidade dos que relataram sentir raiva. O sentimento de mágoa foi citado por uma das meninas. Entre as meninas não houve citação de sentimentos de raiva, desânimo, chateação e medo. Entre os meninos houve citação única para os sentimentos de desânimo, chateação e medo.

Os participantes também foram indagados sobre as atitudes tomadas diante da situação vivenciada de preconceito. A maioria das crianças, sete de nove, afirmaram não terem feito nada após terem vivenciado a situação de preconceito. Apenas um menino informou ter apenas chorado. Todas as meninas (três) afirmaram ter feito nada. Entre os meninos, quatro dos seis não fizeram nada. Os outros dois relataram ter agredido quem os discriminaram.

As crianças também foram indagadas se tinham conhecimento de alguém ou de outra criança que tenha sofrido preconceito, no entanto essa pergunta só foi inserida a partir do terceiro participante, sendo assim, apenas oito crianças

responderam a essa pergunta. Entre esses participantes, sete deles afirmaram terem conhecimento de alguém que tinha sofrido preconceito. Apenas uma criança relatou não conhecer alguém que tenha sido vítima de preconceito.

As crianças que afirmaram conhecer alguém que tinha sofrido preconceito (sete) foram indagadas sobre qual era o tipo de preconceito que esse alguém tinha sofrido. Nessa questão, dois dos três meninos afirmaram terem conhecimento sobre preconceitos vivenciados por alguém, ou outra criança, por questões relacionadas a papéis de gênero. Um menino afirmou que tinha conhecimento de um outro menino que havia sofrido preconceito por brincar com meninas. Outro participante do sexo masculino afirmou ter conhecimento de uma menina que sofreu preconceito por jogar futebol, conforme transcrição de suas falas abaixo:

“Sim, conheço” (participante 1)

“Sim. Na escola porque o professor de educação física falou que era pra gente ir jogar bola, só que aí o professor chamou uma menina e os moleques começou zoar ela falando ‘ela não é homem, ela é uma menina, menina não joga bola com os menino’ [...] ela não jogou, ela falou pro professor que nunca mais ia fazer educação física, brincar com os meninos.” (participante 6)

Entre os meninos houve a citação de conhecimento de preconceito por ser considerado negro, aparecendo na fala de um menino.

Entre as meninas, três delas citaram o preconceito por ser negro. Uma menina citou ter conhecimento de preconceito relacionado a papéis de gênero, no caso por ter jogado futebol. Outras formas de preconceito também foram citadas apenas uma vez pelas meninas, como por ser considerado obeso, homossexual e por ser pobre.

Atividade Interventiva

A atividade interventiva aconteceu através de uma roda de conversa realizada a partir de uma história infantil sobre gênero, denominada “Menina não entra”, a qual se encontra anexa a esse trabalho. Em resumo, a história trata de uma

menina que queria participar de um jogo de futebol e foi inicialmente discriminada por isso. O time era chamado Meninos Futebol Clube. Logo em seguida, foi incluída na partida por não haver nenhum outro menino para compor o time e, após demonstrar sua habilidade e ter participação de protagonista na partida ao contribuir para a vitória do time, foi amplamente aceita pela equipe, seu lugar no time foi efetiva de maneira inquestionável e o clube passou a aceitar meninas para o time, alterando seu nome para Todo Mundo Futebol Clube

Para a consecução dessa atividade interventiva os participantes foram divididos em dois grupos de cinco crianças. Durante a leitura da história infantil pelo pesquisador, as ilustrações iam sendo apresentadas às crianças, que iam fazendo observações, expressando suas opiniões e gerando assim o debate sobre o tema. Para fins de descrição e posterior análise dos resultados relacionados a essa atividade interventiva os grupos serão denominados Grupo A e Grupo B.

O Grupo A foi composto por três meninas e dois meninos. O grupo B foi composto por 4 meninos e 1 menina. A formação do grupo não teve critérios e realizou-se de acordo com a presença das crianças, pois nem todas crianças frequentam o grupo todos dias.

A intervenção em grupo mostrou-se enriquecedora e será analisada no próximo capítulo, cabendo aqui apenas a descrição. No Grupo A apenas uma criança concordou com a exclusão da personagem Fernanda da partida de futebol. Todas as outras crianças apoiavam a participação de Fernanda no jogo. Durante a leitura e apresentação de figuras surgiram debates e algumas formas de preconceito de pareciam querer surgir eram combatidas pelos próprios participantes. Na finalização da intervenção os valores relacionados aos Direitos Humanos foram reforçados, tais como a tolerância, o respeito e a valorização da diversidade, sobretudo a importância da relação igualitária de gênero, que foi ressaltada através do lúdico e legitimada pelas crianças. A atividade foi capaz de promover a reflexão sobre os papéis de gênero, permitindo que as crianças pudessem refletir e, às vezes, questionar seus conceitos, como no caso da participante no começo que se mostrou a favor da exclusão da personagem Fernanda da partida, e no final veio a legitimar a inclusão de todas as crianças em qualquer brincadeira, independente do gênero.

A atividade no Grupo B parece não ter sido tão produtiva quanto a do Grupo A. As crianças mostram-se diversas e preocupadas em chamar a atenção dos

colegas e causar risadas entre eles, apenas da intervenção do pesquisador. Dois meninos ficaram muito quietos e quase não participaram, um permaneceu praticamente mudo durante a atividade, mesmo quando o pesquisador tentava trazê-lo para o debate com perguntas, às quais ele apenas acenava positivamente ou negativamente. As outras três crianças foram ativas durante toda a leitura e discussão, no entanto não houve muitas questões levantadas, limitaram-se a legitimar ou não a atuação de meninas no futebol. No final os participantes foram questionados sobre os papéis de gênero, as brincadeiras tidas como de meninos e de meninas e os valores relacionados aos Direitos Humanos foram ressaltados, tais como tolerância, respeito e valorização à diversidade. A importância de não tomar atitudes discriminatórias e ofensivas também foi reforçada no final da roda de conversa.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A relação entre crianças do sexo feminino e do sexo masculino parece estar permeada por conflitos, entre os quais os papéis atribuídos e exercidos por cada sexo aparecem como fundamentos para legitimar a superioridade de um gênero sobre o outro, ou como base para discriminar aqueles que ousam ir de encontro com esses padrões, quebrando assim as regras a si atribuídas. A convivência com os meninos foi descrita, pelas meninas, como não agradável, devido às diversas situações de conflito permeadas por agressividade física e verbal por parte dos meninos

As representações sociais das crianças, no primeiro momento da pesquisa, fase da entrevista, permitiram formar um perfil dos meninos como mais violentos, agressivos e detentores da força física. Alguns adjetivos que qualificaram os meninos pelas meninas foram “selvagens”, “desorganizados”, “chatos”. As representações sociais das crianças acerca das meninas permitiram formar um perfil das crianças do sexo feminino como mais pacíficas, altruístas, solidárias, belas, mais belas, vaidosas, organizadas, mais comportadas. As representações sociais das crianças acerca das meninas permitiram formar um perfil das crianças do sexo feminino como mais pacíficas, altruístas, solidárias, belas, mais belas, vaidosas, organizadas, mais comportadas. Cruz (2014) afirmou que diversos estudiosos de diferentes campos do saber constataram em seus estudos que aos garotos é atribuída uma maior agressividade, ao passo que, às garotas, um comportamento de tranquilidade.)

Os papéis de gênero atribuídos às crianças através das brincadeiras legitimaram o carrinho e o futebol como brincadeiras pertencentes ao sexo masculino e a brincadeira de boneca como do sexo feminino. Tais papéis foram usados na diferenciação entre os sexos pelas crianças, apontando muitas vezes as vantagens de ser de um ou outro sexo. São eles também fonte de conflito entre os sexos, e fundamento para discriminações. Como fonte de conflito quando na hora do lúdico, das brincadeiras as crianças se dividem na escolha da atividade que vão brincar. Como fonte de discriminação quando uma criança de um sexo ousa brincar de jogos ou brincadeiras atribuídas ao outro sexo. Houve relatos de vivências de

preconceito por conta dos papéis de gênero, bem como descrição de conhecimento dessas discriminações com outras crianças.

Quando indagadas sobre o significado da palavra preconceito, a grande maioria não sabia conceituar a palavra. Após a explicação de seu significado e das perguntas que seguiram foi possível identificar que todos os meninos foram vítimas de alguma forma de preconceito. Entre as meninas a grande maioria, três das quatro participantes, afirmaram ter sido vítimas de preconceito.

As discriminações mais citadas se relacionam à cor da pele, à classe social e à obesidade. Apenas um participante relatou sofrer preconceito por pertencer a determinado sexo. Houve também um participante que relatou vivência de preconceito por conta de papéis de gênero, quando ousou a brincar com um grupo de crianças do sexo oposto. As meninas foram mais vitimizadas por sua classe social e os meninos por sua cor de pele.

O local em que essas situações de preconceito mais ocorrem é a escola. A rua e o CRAS também foram locais onde ocorreram discriminações. É na escola que ocorre os primeiros passos da socialização fora do núcleo familiar, é nela que as crianças se depara com o outro, com o diferente, com o diverso. Para essas crianças parece que lidar com essa diferença tem sido uma fonte de conflito e de vivências não muito agradáveis devido ao preconceito que afirmaram sofrer.

Diante do preconceito a maioria das crianças relataram sentirem-se tristes. No entanto metade dos meninos relataram sentir raiva, outra metade tristeza. A grande maioria relatou não ter feito nada, permanecendo calada diante da situação. Houve quem relasse que não adiantava comunicar o fato ao professor. No entanto, metade dos meninos relataram agir com agressão, revidando o preconceito na forma de violência física.

O conhecimento acerca do preconceito vivenciado por outras crianças traz um cenário de racismo e discriminação de gênero. Outras formas de preconceito também foram citadas, como o preconceito por classe social, por obesidade e por orientação sexual.

Na atividade interventiva foi possível realizar significativa reflexão com as crianças acerca dos papéis de gênero, sobre o respeito à diferença e, ainda, sobre preconceito. As crianças puderam expressar seus conceitos e ideias acerca de tudo isso, puderam argumentar e ter postura ativa no embate com quem manifestava pensamento diverso. No final legitimaram a proposta da atividade e fizeram coro

“não existe brincadeira de menino e de menina”, fazendo valer o objetivo dessa pesquisa intervenção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados constatados acredita-se que uma pesquisa com uma amostra maior possa compreender melhor a realidade que vivem nossas crianças.

A atividade interventiva, a leitura de história infantil seguida de discussão em roda, no caso dessa pesquisa, mostrou-se eficiente no propósito de formar crianças mais tolerantes e capazes de lidar com a diversidade.

O ambiente escolar apareceu permeado de situações de conflito e de vivência de preconceito. Pensar o ambiente escolar na perspectiva da educação em direitos humanos se faz fundamental para a construção de uma cultura de paz. Desenvolver atividades a partir desse olhar se faz fundamental.

Foi possível identificar situações de conflito e violência de gênero entre as crianças, ainda que de forma velada, ainda que não percebido por elas. De acordo com CRUZ (2014. p.13) *“até mesmo as formas de se movimentar em todas as esferas do lazer, do trabalho e da política estariam impregnadas dos significados de gênero.”*

Por fim, pesquisar uma temática ligada aos direitos humanos implica, ainda que de modo indireto, falar sobre diversidade cultural e diferenças. Historicamente sujeitos considerados diferentes aos olhos de um outro que o apreende têm sido vítimas de discriminação, sendo assim marginalizadas, e assumindo uma posição de vulnerabilidade. Episódios envolvendo preconceito contra homossexuais, negros, pobres, mulheres são diários. (NASCIMENTO; DELMONDEZ, 2015). Pesquisas que envolvam intervenção nessa temática podem contribuir significativamente com a construção de sujeitos que possam respeitar a diferença e conviver com ela sem conflitos. A construção da igualdade de gênero começa na infância, portanto trabalhar a questão de gênero com crianças pode ser uma atividade base da promoção dessa igualdade em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Ângela. **Teoria das representações sociais e teorias de gênero**. Cad. Pesqui., São Paulo, n. 117, p. 127-147, nov. 2002.
- AZEVEDO, Tania Maria Cordeiro de. **Brinquedos e gênero na educação infantil - um estudo do tipo etnográfico no Estado do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-01102010-133724/>. Acesso em: 20 de out. 2015.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição: República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 23 ago. 2015.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Centro de Referência de Assistência Social**. Disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras>. Acesso em 25 ago. 2015a.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>. Acesso em 25 ago. 2015b.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Serviço para crianças e adolescentes de 0 a 5 anos**. Disponível em <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-especial-basica/scfv-servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos/servico-para-criancas-e-adolescentes-de-06-a-15-anos> Acesso em 25 ago. 2015c.
- BUTLER, J. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, Guacira. (org.) O corpo educado – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. P.151-172.

CRUZ, T. M. **Meninos e meninas no recreio: gênero, sociabilidade e conflito** (Tese de doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação de São Paulo). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

FILHA, C. X. **A menina e o menino que brincavam de ser...: representações de gênero e sexualidade em pesquisa com crianças.** Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 17, n. 51, p. 627-646, Dec. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acesso em: 5 set. 2015.

JUNIOR, J. G. S; SOUZA, N. H. B. **Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos: problemas históricos, conceituais e de aplicação.** In: Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural. (Módulo 8). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1153>. Acesso em: 15 de set. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da sexualidade.** In: LOURO, Guacira (Org.). O corpo educado – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. P. 7-34.

MARIANO, S. A.. **O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo.** Rev. Estud. Fem., Dez/ 2005, vol.13, no.3, p.483-505.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** (11a edição). São Paulo: Hucitec, 2015.

MORAIS, Maria de Lima Salum e. Conflitos e(m) brincadeiras infantis: diferenças culturais e de gênero. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia Experimental) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47132/tde-14092012-111249/>>. Acesso em: 25 de set. 2015.

NASCIMENTO, F. W; DELMONDEZ, P. **Sujeitos da diversidade.** In: Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural. (Módulo 2). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1147>. Acesso em: 15 de set. 2015.

ONU, **Declaração Universal Dos Direitos Humanos**, adotada em 10 de dezembro de 1948.

PULINO, L.H.C.Z. **Diversidade Cultural e Ambiente Escolar.** In: Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os

Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural. (Módulo 1). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015a. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=632>. Acesso em: 15 de set. 2015.

Tornar-se humano e os Direitos Humanos. In: Plataforma Aprender - Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural. (Módulo 4). Brasília: Instituto de Psicologia/Universidade de Brasília, 2015b. Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/course/view.php?id=1149>. Acesso em: 15 de set. 2015.

TORRES ESPERON, Julia Maricela; LOZANO LEFRAN, Anabel; RODRIGUEZ WASHINGTON, Noralydis. **Formación de promotores por la equidad de género desde la infancia.** Ver. Cubana Salud Pública, Ciudad de La Habana, 2015.

WEEKS, Jeffrey. **O corpo e a sexualidade.** In: LOURO, Guacira (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte; Autêntica, 1999. P. 35-82.

ANEXOS

Anexo I

Roteiro de entrevista semi-estruturado

- 1) As brincadeiras favoritas;
- 2) Com quem costuma brincar; com ambos os sexos; com apenas crianças do mesmo sexo; apenas com crianças do sexo oposto;
- 3) As atividades preferidas na aula de Educação Física;
- 4) Quais as vantagens em ser menino e em ser menina;
- 5) Quais as desvantagens em ser menino e em ser menina;
- 6) Brincadeiras que acreditam ser só de meninos, ou só de meninas;
- 7) O que é ser menino, ou menina; Diferenças entre meninos e meninas;
- 8) Como é relação entre meninos e meninas: se existe conflito ou não, e quais.
- 9) Preconceito: significado, se já vivenciou, ou se conhece alguém que vivenciou, onde ocorreu, o que fez e o que sentiu. Que tipo de preconceito vivenciou; que tipo de preconceito conhecimento;

Anexo II

Questionário Sociodemográfico

Idade: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Escolaridade: _____

Renda Familiar:

- () até 1 salário
- () entre 1 a 2 salários
- () entre 3 e 6 salários
- () entre 7 e 10 salários
- () entre 11 e 14 salários
- () acima de 15 salários

Benefícios sociais recebidos pela família:

- () Bolsa Família
- () Renda Cidadã
- () Benefício da Prestação Continuada - BPC
- () Ação Jovem
- () Amigo do Idoso
- () Outro _____

Anexo III

História Infantil: Menina não entra

Autora: Telma Guimarães Castro Andrade

Para formar um time de futebol, Miguel precisava de mais dez jogadores. Guilherme foi o primeiro convidado.

- Já tenho um nome: Meninos Futebol Clube. Vamos treinar e jogar contra o time do bairro vizinho – Miguel explicou.

- Posso trazer meu irmão mais novo? – Guilherme quis saber.

Além do irmão, chamou também Vinícius, que trouxe dois colegas para o time...que convidaram mais dois meninos...e os três novos vizinhos.

- Oi. Eu sou a Fernanda!

- Nossa ela é uma menina.

- Menina não entra- disseram ao mesmo tempo.

- Calma lá, pessoal ... nossa irmã é dez!

Hum... que difícil convencer o time.

- Futebol é coisa de menino.

- Meninas fazem Balé!

- Vai sair machucada ...

- Garotas não sabem de nada!

- Coisas de menino, coisas menina...quanto preconceito! Sei fazer embaixadas e até cobrar falta.

A turma não gostou nem um pingo...

Mas era pegar ou largar.

- Posso ficar com a camisa dez?

Mal começou o treino a garota causou espanto. Chutava tanto com o pé esquerdo como com o direito.

E chegou o dia do jogo...

Ganharam de goleada do time do bairro vizinho. Fernanda era demais!

No final da partida, Fernanda recebeu um convite dos jogadores adversários:

- Querendo mudar de time...

- Nem pensar! Agora ela é a capitã! – Miguel respondeu, todo aflito.

- Já que é assim, tenho duas sugestões...abrir vagas para meninas e mudar o nome do time: Todo Mundo Futebol Clube